

O Estado de São Paulo
Segunda-feira, 9 de dezembro de 2002

Entre o jogo do contente e o bode russo

DIPLOMACIA ECONÔMICA BRASILEIRA SOB PRESSÃO

MARCELO DE PAIVA ABREU

Quem cogitasse, em meados de 2002, sobre os rumos da política comercial brasileira teria respondido que o Brasil estava diante de uma escolha entre dois cenários, nenhum muito atraente. De um lado, com a vitória do candidato governista, haveria mais da mesma coisa, tanto no plano multilateral quanto em relação à Alca, menor simpatia pelo Mercosul - conhecida bête noire do candidato Serra - e bastante empenho em relação à reversão parcial da liberalização comercial. De outro lado, o Lula da época parecia desinteressado quanto a Genebra, cheio de idéias quanto à "anexação" implícita na Alca e firmemente comprometido com a volta a uma política industrial protecionista.

Em meio a um turbilhão de realinhamentos que, com os devidos ajustes, fazem lembrar a ejeção da herança peronista na Argentina do início dos anos 90, a posição do futuro governo é intrigante. Forçado pelos princípios elementares da real politik a abjurar idéias estapafúrdias quanto à política macroeconômica, enfrenta agora dilema similar quanto a outros aspectos da política econômica, entre o realismo ou a fidelidade a um programa pouco razoável.

Os problemas imediatos que o novo governo enfrenta no terreno da diplomacia econômica são o Mercosul e a Alca. Nestes foros, e em contraste com as negociações multilaterais da OMC, o Brasil tem substancial poder de barganha. Embora a visita de Lula à Argentina possa ser considerada um sucesso político, sendo reiterada a prioridade do Mercosul, no plano concreto não há nada de muito substancial para sustar o processo de crescente descrença na viabilidade econômica do bloco sub-regional em um quadro de negociações para valer com os EUA. A Argentina estará sempre vulnerável a qualquer menção de apoio financeiro, mesmo que indireto, por parte do governo norte-americano. E, ao Brasil, falta munição de efetividade similar para contrabalançar este tipo de ação. O principal argumento, persistente e poderoso, que tende a moderar a possibilidade de sucesso de uma aproximação entre Washington e Buenos Aires às expensas do Brasil continua a ser a pouca atratividade de quase qualquer oferta de acesso dos EUA à Argentina. Por mais que Washington queira, a economia argentina é mais competitiva do que complementar em relação à economia dos EUA. E o mercado brasileiro é, e continuará sendo, vital para a Argentina. O mérito da postura de Lula quanto à Argentina é que reconhece que a preservação de boas relações políticas com o vizinho é o pilar mais importante da diplomacia brasileira. Seria reconfortante que a estratégia norte-americana quanto à América Latina tomasse em devida conta o papel crucial da reaproximação Brasília-Buenos Aires para a estabilização regional a partir de meados da década de 1980.

No quadro das negociações da Alca, a postura norte-americana recente tem sido pelo menos curiosa. Funcionário graduado do USTR, responsável pelas negociações da Alca, apressou-se a reportar à imprensa suas impressões de que, com o novo governo, será possível estabelecer uma parceria "ainda mais forte" entre Brasil e EUA. Em Washington, o clima é de "agora, a coisa vai".

Mas a realidade dá menos margem ao otimismo. Os EUA parecem fiéis à tradição recente de serem melhores formuladores de desejos ("wishful thinking") do que de propostas concretas de liberalização. O cronograma para a apresentação de uma oferta brasileira no quadro das negociações tarifárias da Alca (15 de fevereiro) é apertado. Especialmente se o novo governo for menos simpático à redução da proteção no Brasil do que o atual, o que naturalmente poderá influenciar a oferta brasileira. Mas, para pressionar os EUA quanto à melhora do acesso a seu mercado, é essencial que o Brasil esteja disposto a abrir rapidamente seu próprio mercado, alvo prioritário dos interesses exportadores norte-americanos na negociação da Alca.

Se não bastassem as dificuldades dobradas no Brasil pós-2002, existem complicações adicionais que podem configurar entraves definitivos à negociação. Embora Washington diga que "tudo está na mesa", há razões abundantes para desconfiar desta frase de efeito. Será difícil obter algo substancial no quadro das negociações da Alca tanto em relação a subsídios a exportações agrícolas quanto a antidumping, dois

objetivos que o Brasil tem considerado centrais na sua colheita mínima de resultados. A criação, no quadro dos métodos e modalidades de negociação, de uma quarta fase de liberalização tarifária que excede dez anos, enseja a desconfiança de que os EUA pretendam promover a exclusão permanente da liberalização ensejada pela Alca de produtos "sensíveis". Este comportamento será alegremente imitado por outros países, inclusive o Brasil, desmoralizando a criação efetiva da zona de livre comércio, com base em interpretação elástica do que seja "essencialmente todo o comércio", de acordo com as regras da OMC.

Ainda mais grave, os EUA indicaram que não estão dispostos a fazer uma oferta-padrão para todos os integrantes da Alca e que diferenciarão suas propostas de acesso: ou seja, não valerá a cláusula de nação mais favorecida no âmbito da Alca. É mais do que provável que a oferta menos generosa dos EUA seja para o Mercosul. Talvez isto seja uma tática do tipo "bode russo": dificuldade artificial, criada para que a sua remoção dê uma impressão errônea ao interlocutor de que obteve uma vantagem efetiva. Talvez as dificuldades possam ser superadas nas fases posteriores da negociação. Mas, mais do que nunca, a viabilização da Alca depende de propostas significativas de liberalização por parte dos EUA. Só assim será possível ao Brasil mobilizar apoio para contrariar os revigorados interesses protecionistas internos. Será que o fortalecido governo republicano terá empenho e condições de entregar o necessário?

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio